

NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

CNPJ Nº 30.715.875/0001-30

NIRE Nº 42 3 0004949-2

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Agrônômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Novo Estado Participações S.A. ("Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), a Novo Estado Participações é uma sociedade anônima cujo objeto social é participar, como holding, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. (ENGIE), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços.

Controle Acionário

A Companhia é controlada pela ENGIE Transmissão de Energia Participações II, que é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A., sediada em Florianópolis, a ENGIE é plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

Por sua vez, a Companhia controla a Novo Estado Transmissora de Energia S.A., uma sociedade cujo objeto social é a implantação e operação do empreendimento referente ao Lote 03 do Leilão de Transmissão 02/2017 da Agência Nacional de Energia Elétrica, composto por instalações de transmissão de energia que totalizam 1.800 km, localizadas nos estados do Pará e Tocantins.

Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma supersafra e se beneficiou de preços ainda elevados das commodities no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das commodities, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R\$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R\$ 5,21.

O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

Finalização das obras e desempenho operacional

O projeto iniciou, parcialmente, a operação comercial em dezembro de 2021. A conclusão das obras e a energização dos ativos restantes ocorreram em fevereiro de 2023, quando passou a receber 100% da RAP.

O ativo tem apresentado excelentes índices operacionais, com disponibilidade de 99,98% em 2023, mesmo percentual observado em 2022.



Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	Consolidado		
	31.12.2023	31.12.2022	Varição (R\$)
Receita operacional líquida	668.593	1.179.187	(510.594)
Custos operacionais	(203.150)	(958.811)	755.661
Resultado do serviço (EBIT)	429.187	243.558	185.629
EBITDA (Lajida)	429.187	243.558	185.629
Resultado financeiro	(328.372)	(348.420)	20.048
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	35.753	(93.723)	129.476

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

A Companhia, por meio de sua controlada indireta Novo Estado, é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão do Sistema de Transmissão Novo Estado, respectivamente, e está exposta aos riscos e benefícios dessa construção. Desta forma, com base nas práticas contábeis vigentes, a Companhia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos relacionados com a gestão da construção. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão.

Receita operacional líquida: decréscimo de R\$ 510.594, referente, principalmente, à redução de R\$ 608.857 correspondente ao decremento na receita de construção de infraestrutura de transmissão, em consequência do encerramento das obras nos Sistemas de Transmissão, na comparação entre os exercícios, parcialmente atenuada pela elevação de R\$ 77.929 na remuneração do ativo de contrato, ocasionado, especialmente, pelo aumento dos saldos dos ativos de contrato e suavizado pelo decréscimo dos índices inflacionários; e pelo aumento de R\$ 20.334 nas receitas de operação e manutenção.

Custos operacionais: diminuição de R\$ 755.661, referente, substancialmente, ao decréscimo de R\$ 799.019 no custo de implementação de infraestrutura de transmissão entre os exercícios em análise, parcialmente atenuada pelo aumento nos custos de serviços de terceiros, materiais e pessoal, no montante de R\$ 33.289.

Resultado do serviço e Ebitda: os aumentos são oriundos, substancialmente, dos efeitos promovidos pela elevação da remuneração do ativo de contrato, bem como pelo impacto positivo dos ganhos (perdas) por eficiência (ineficiência) na construção entre os anos comparados, atenuados pelo impacto negativo da revisão tarifária periódica.

Resultado financeiro: redução motivada, principalmente, pela atualização monetária, devido a desaceleração dos índices inflacionários entre os exercícios comparados.

Lucro líquido (prejuízo) do exercício: motivado pelos efeitos anteriormente citados, bem como os respectivos reflexos nos tributos sobre o lucro.

Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

O Acordo de Acionistas assinado na emissão das Ações Preferenciais Resgatáveis, indica que, a partir do semestre imediatamente posterior à entrada em operação do Sistema de Transmissão, os dividendos serão destinados semestralmente, não estando a Companhia obrigada a distribuir dividendos antes deste evento.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.



Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2023.

A Administração



NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 30.715.875/0001-30 | NIRE Nº 42 3 0004949-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	71	107	55.478	39.668
Contas a receber de clientes	5	-	-	44.971	21.677
Dividendos a receber de controladas	8.d	11.919	20.308	-	-
Ativo de contrato	7	-	-	352.765	301.006
Outros ativos circulantes		3	524	24.143	20.335
		11.993	20.939	477.357	382.686
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Ativo de contrato	7	-	-	3.823.920	3.623.647
Depósitos vinculados	6	-	-	76.907	61.309
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	1.317	1.317	1.317	32.787
Outros ativos não circulantes		-	-	206	206
		1.317	1.317	3.902.350	3.717.949
Investimento	8	1.580.797	1.292.677	-	-
Imobilizado		-	-	3.411	1.750
Intangível	9	-	-	305.752	316.268
		1.582.114	1.293.994	4.211.513	4.035.967
TOTAL		1.594.107	1.314.933	4.688.870	4.418.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 30.715.875/0001-30 | NIRE Nº 42 3 0004949-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	10	193	190	39.672	58.673
Dividendos		-	-	-	181
Financiamentos	12	-	-	127.780	125.737
Ações preferenciais resgatáveis	13	94.831	107.148	94.831	107.148
Obrigações fiscais e regulatórias		-	18	4.263	7.966
Outros passivos circulantes		-	3.946	3.033	6.766
		95.024	111.302	269.579	306.471
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	12	-	-	2.806.357	2.828.304
Ações preferenciais resgatáveis	13	493.932	496.333	493.932	496.333
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	113.839	80.247
Outros passivos não circulantes		-	-	12	-
		493.932	496.333	3.414.140	3.404.884
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	15				
Capital social		969.398	870.373	969.398	870.373
Reservas de lucros		35.753	-	35.753	-
Prejuízos acumulados		-	(163.075)	-	(163.075)
		1.005.151	707.298	1.005.151	707.298
TOTAL		1.594.107	1.314.933	4.688.870	4.418.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 30.715.875/0001-30 | NIRE Nº 42 3 0004949-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	-	-	668.593	1.179.187
Custos operacionais					
Custos de implementação de infraestrutura		-	-	(153.570)	(952.589)
Serviços de terceiros		-	-	(17.794)	(4.242)
Outros custos operacionais		-	-	(31.786)	(1.980)
		-	-	(203.150)	(958.811)
LUCRO BRUTO		-	-	465.443	220.376
Despesas operacionais					
Resultado da revisão tarifária periódica	7	-	-	(39.268)	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(1.893)	19.860	3.012	23.182
		(1.893)	19.860	(36.256)	23.182
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	8	131.528	(34.925)	-	-
Amortização da mais valia	8	(7.849)	-	-	-
		123.680	(34.925)	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		121.786	(15.065)	429.187	243.558
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		-	5.060	3.672	4.370
Renda de depósitos vinculados		-	-	9.115	7.127
Juros e variação monetária sobre financiamentos	12	-	-	(246.547)	(270.317)
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	13	(86.043)	(72.265)	(86.043)	(72.265)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas		10	(4.601)	(8.569)	(17.335)
		(86.033)	(71.806)	(328.372)	(348.420)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS		35.753	(86.871)	100.815	(104.862)
Imposto de renda e contribuição social	17				
Corrente		-	(4.790)	-	(4.790)
Diferido		-	(2.062)	(65.062)	15.929
		-	(6.852)	(65.062)	11.139
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		35.753	(93.723)	35.753	(93.723)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO (EM REAIS)		0,04149	(0,10877)	0,04149	(0,10877)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	35.753	(93.723)	35.753	(93.723)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	35.753	(93.723)	35.753	(93.723)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 30.715.875/0001-30 | NIRE Nº 42 3 0004949-2
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social			Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Reserva de capital - ágio na emissão de ações	Ajuste para adequação às normas do CPC	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31.12.2021	15	669.277	250.000	(500.000)	-	-	(69.352)	349.925
Aumento de capital		451.096	-	-	-	-	-	451.096
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(93.723)	(93.723)
Saldos em 31.12.2022	15	1.120.373	250.000	(500.000)	-	-	(163.075)	707.298
Aumento de capital		262.100	-	-	-	-	-	262.100
Absorção do prejuízo com redução de capital		(163.075)	-	-	-	-	163.075	-
Recompra de ações preferenciais		-	(2.500)	2.500	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	35.753	35.753
Reserva Legal		-	-	-	1.788	-	(1.788)	-
Reserva de retenção de lucros ¹		-	-	-	-	33.965	(33.965)	-
Saldos em 31.12.2023	15	1.219.398	247.500	(497.500)	1.788	33.965	-	1.005.151

(1) A Companhia não efetuou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em 31.12.2023, uma vez que o estatuto estabelece que a destinação do dividendo mínimo obrigatório só pode ser efetuado após o pagamento dos dividendos prioritários.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 30.715.875/0001-30 | NIRE Nº 42 3 0004949-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	35.753	(86.871)	100.815	(104.862)
Conciliação do resultado com o caixa das operações:				
Resultado de participações societárias	(123.680)	34.925	-	-
Remuneração do ativo de contrato	-	-	(472.920)	(394.991)
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	-	-	(163.432)	(772.289)
Juros e variação monetária sobre financiamentos	-	-	246.547	270.317
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis	86.043	72.265	86.043	72.265
Resultado da revisão tarifária periódica	-	-	39.268	-
(Ganhos) perdas por (eficiência) ineficiência na construção	-	-	(3.903)	187.896
Rendimentos sobre depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	(9.115)	-
Outros	(51)	-	10.518	-
Resultado ajustado	(1.935)	20.319	(166.179)	(741.664)
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	(3)	-	(23.279)	(20.683)
Ativo de contrato	-	-	348.953	177.073
Depósitos vinculados	-	45.360	-	45.360
Outros ativos	592	144	(3.551)	(4.007)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	4	190	(798)	(1.192)
Obrigações fiscais e regulatórias	(37)	3	(4.020)	(8.024)
Outros passivos	-	(844)	161	108
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(1.379)	65.172	151.287	(553.029)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.944)	-	(3.944)	-
Pagamento de juros sobre dívidas	(98.261)	-	(244.646)	(75.176)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(103.584)	65.172	(97.303)	(628.205)
Atividades de investimento				
Pagamento de obrigações vinculadas à aquisição de ativos	-	(45.357)	-	(45.357)
Aumento de capital em controladas	(176.360)	(470.895)	-	-
Dividendos recebidos de controladas	20.308	-	-	-
Aplicação no imobilizado	-	-	(19.939)	(1.238)
Caixa líquido das atividades de investimento	(156.052)	(516.252)	(19.939)	(46.595)
Atividades de financiamento				
Aumentos de capital	262.100	451.096	262.100	451.096
Captação de financiamentos	-	-	-	114.913
Pagamento de financiamentos	-	-	(120.065)	(13.281)
Pagamento de ações preferenciais resgatáveis	(2.500)	-	(2.500)	-
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	(6.483)	(61.309)
Caixa líquido das atividades de financiamento	259.600	451.096	133.052	491.419
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(36)	16	15.810	(183.381)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	107	91	39.668	223.049
Saldo final	71	107	55.478	39.668
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(36)	16	15.810	(183.381)

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 20 – Informações complementares ao fluxo de caixa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOVO ESTADO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 30.715.875/0001-30 | NIRE Nº 42 3 0004949-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Novo Estado Participações S.A. (“Companhia” ou “NEP”), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 15.06.2018, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar, como *holding*, no capital de Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

Em 03.03.2020, após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda, foi concluída a operação de aquisição de 100% das ações de Novo Estado Transmissora de Energia S.A. (“Novo Estado”) pela Companhia. A Novo Estado detém a concessão do Lote 3 do Leilão de Transmissão Aneel nº 002/2017, realizado em dezembro de 2017. O objeto da referida concessão é a construção, operação e manutenção de aproximadamente 1.800 quilômetros de linhas de transmissão, uma nova subestação e a expansão de outras três subestações existentes nos estados do Pará e Tocantins pelo prazo de 30 anos. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R\$ 313.100, a valores de 11.08.2017. Em 27.02.2023, a Companhia, através de sua controlada, finalizou a implantação do Projeto Novo Estado a partir da energização das linhas de transmissão entre as subestações Xingu e Serra Pelada, última etapa necessária para o atingimento da operação integral do sistema de transmissão. A operação comercial total foi alcançada dentro do prazo estabelecido pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Em 2023 e 2022, os administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2024.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam informações da controladora, NEP, e de sua controlada, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia. A Novo Estado é sediada no Brasil.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pela eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.



NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a.5) Ações preferenciais resgatáveis

Correspondem a ações preferenciais resgatáveis classificadas como passivos financeiros de acordo com a natureza e as características dessas ações, que determinam o pagamento de dividendos prioritários e cumulativos e resgate programado ou mandatário das ações a critério de seus titulares. As ações preferenciais resgatáveis são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas emissões e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Ativo de contrato

Os contratos de concessão definem o serviço público de transmissão de energia elétrica como o serviço prestado mediante a construção (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de transmissão. Com base nisto, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) O&M. Desta forma, a Companhia aloca a receita proveniente destes contratos a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados a cada uma delas, adicionados de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de transmissão corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de transmissão ao longo da execução da obra de implantação do sistema de transmissão. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da RAP alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de transmissão considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é estimada individualmente em função das características e complexidade dos projetos, bem como representam a auferição suficiente de resultado no decorrer da etapa de construção para cobrir os gastos de gerenciamento da formação do ativo de transmissão e, em conjunto com a margem O&M e a taxa de remuneração do ativo, contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado considerando investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo de concessão.

Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo de contrato, a Companhia estima, quando aplicável, a incidência do mecanismo denominado “Parcela Variável” sobre a RAP a ser recebida. Este mecanismo permite que a RAP seja aumentada ou reduzida em decorrência do desempenho do sistema de transmissão.



c) Investimento

c.1) Investimentos em empresas controladas diretamente

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

c.2) “Mais valia” e combinação de negócios na aquisição de investimentos

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor de livros do patrimônio líquido das sociedades adquiridas é reconhecida no investimento como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida; e (ii) ágio, quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e, esta diferença, representa a expectativa de geração de valor futura.

A combinação de negócios é o método utilizado para o reconhecimento das aquisições de controle nos balanços consolidados. O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O ágio decorrente da combinação de negócios, o qual é registrado no intangível, é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (impairment).

d) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

e) Avaliação do valor de recuperação do intangível – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

f) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

h) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.



i) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

j) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2023. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento substituiu a norma anteriormente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria.	01.04.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e CPC 41 – Resultado por ação.	04.08.2023	01.01.2023	Sem impactos relevantes.

k) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23 Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24 Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.



NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e depósitos bancários à vista	71	107	34.910	19.587
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	-	-	20.568	20.081
	71	107	55.478	39.668

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2023, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2023 e 2022 foi de cerca de 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R\$ 44.971 em 31.12.2023 (R\$ 21.677 em 31.12.2022) correspondem aos valores a receber dos contratos de encargos de uso da rede elétrica, os quais são reajustados anualmente em julho do respectivo ano. O prazo médio de recebimento é de, aproximadamente, 25 dias.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2023, a Companhia mantém R\$ 76.907 (R\$ 61.309 em 31.12.2022) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco da Amazônia (BASA), e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida.

NOTA 7. ATIVO DE CONTRATO

a) Mutação do ativo de contrato

	Consolidado
Saldos em 31.12.2021	3.076.745
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	772.289
(Perda) por ineficiência na construção	(187.896)
Juros	200.481
Variação monetária	194.510
Recebimentos RAP construção	(131.476)
Saldos em 31.12.2022	3.924.653
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	163.432
Ganho por eficiência na construção	3.903
Juros	225.566
Variação monetária	247.354
Resultado de revisão tarifária periódica	(39.268)
Recebimentos RAP construção	(348.955)
Saldos em 31.12.2023	4.176.685
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo circulante	352.765
Ativo não circulante	3.823.920
	4.176.685

Em 26.06.2023, o Sistema de Transmissão Novo Estado obteve junto ao ONS a aprovação do último Termo de Liberação Definitivo, passando a ter direito a registrar 100% de sua RAP.



Em 04.07.2023, a Aneel publicou a resolução homologatória nº 3.216, que contempla a Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Companhia. A RTP tem como base, principalmente, a estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando em modificações nos valores das RAP futuras. A revisão ocorre no 5º, 10º e 15º ano após o leilão. Em função da revisão, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo financeiro. Como resultado da RTP foi apurada uma perda de R\$ 39.268 no resultado da Companhia.

b) Ganho (perda) por eficiência (ineficiência) na implementação de infraestrutura de transmissão

No decorrer da obra e da energização do projeto, esperam-se impactos positivos ou negativos em função de eventos como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação dos custos das commodities, uma vez que cabos e estruturas são adquiridos diretamente pela Companhia; (iii) custos adicionais de servidão e negociações fundiárias; (iv) eventuais imprevistos de terraplanagem; e (v) antecipação de prazos de energização. Alterações no projeto que afetem sua lucratividade, devem ser reconhecidas diretamente no resultado.

No exercício corrente, foi reconhecido o montante de R\$ 3.903 referente ao ganho por eficiência na construção da infraestrutura (perda de R\$ 187.896 em 2022). O ganho reconhecido em 2023, deve-se as otimizações na implantação da etapa final da obra. Já a perda reconhecida, em 2022, foi motivada, substancialmente, pelo aumento dos gastos de construção previsto para a implantação do Sistema de Transmissão Novo Estado, bem como da postergação da entrada em operação comercial de cada etapa do projeto.

c) Premissas adotadas

	Novo Estado ¹
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal) ²	305.498
RAP anual – Construção (valor nominal) ²	263.849
CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2023	3,3 bilhões
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2023	3.681.268
Entrada total em operação comercial	abril de 2023
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	julho de 2028
Prazo da concessão	30 anos
Data assinatura contrato de concessão	08.03.2018
Vigência do contrato de concessão	março de 2048
Leilão	002/2017
Lote adquirido	Lote 3
Deságio em relação à receita máxima determinada pela Aneel	35,7%
Quantidade de subestações	1
Extensão da linha de transmissão	1.800 km

(1) Em 18.05.2021, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.996, a Aneel autorizou a implantação de reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade.

(2) Valores considerando a resolução homologatória nº 3.216 de 2023, que contempla a Revisão Tarifária Periódica.

d) Perfil de realização do ativo de contrato apresentado no ativo não circulante

	Novo Estado
2025	321.892
2026	302.499
2027	280.702
2028	262.849
2029	246.239
2030 a 2034	820.058
2035 a 2053	1.589.681
	3.823.920



NOTA 8. INVESTIMENTO

a) Composição

	31.12.2023	31.12.2022
Participações societárias permanentes		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	1.352.624	1.056.655
Mais valia na aquisição de investimentos	228.173	236.022
	1.580.797	1.292.677

b) Mutação do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

	Controladora							
	Saldos em 31.12.2021	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2022	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldos em 31.12.2023
Novo Estado	620.685	470.895	(34.925)	1.056.655	176.360	131.528	(11.919)	1.352.624
	620.685	470.895	(34.925)	1.056.655	176.360	131.528	(11.919)	1.352.624

c) Informações financeiras das principais controladas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas a seguir:

	31.12.2023					
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Participação (%)
Novo Estado	1.314.357	4.381.727	3.029.103	1.352.624	131.528	100

	31.12.2022					
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Participação (%)
Novo Estado	1.137.997	4.100.437	3.043.782	1.056.655	(34.925)	100

d) Dividendos a receber da controlada

Em 31.12.2023, a Companhia possui R\$ 11.919 (R\$ 20.308 em 31.12.2022) de dividendos a receber oriundo da controlada Novo Estado.



NOTA 9. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Direitos de projetos em desenvolvimento	228.173	236.021
Direito de uso de ativos	77.579	80.247
	305.752	316.268

Os direitos de projetos em desenvolvimento correspondem ao valor justo pago quando da aquisição de Novo Estado pela controlada direta Novo Estado Participações S.A. que excedia o valor contábil dos ativos líquidos, o qual foi apurado por avaliador externo especializado para avaliação a valor justos. Adicionalmente, a Companhia apurou um direito de concessão oriundo do reconhecimento do passivo fiscal diferido de R\$ 80.247, tal saldo está apresentado na rubrica de “Direito de uso de ativos” na tabela de composição apresentada nesta Nota.

A amortização desse montante está sendo realizada de forma linear no prazo da autorização de uso dos ativos. Em 2023 a Companhia amortizou o montante total de R\$ 10.516, sendo R\$ 7.848 referente aos Direitos de projetos em desenvolvimento e R\$ 2.668 referente ao Direito de uso de ativos.

NOTA 10. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	38.529	56.731
Fornecedores de materiais e serviços	1.137	1.942
Encargos de uso da rede elétrica	6	-
	39.672	58.673

NOTA 11. GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA e ao CDI, em decorrência dos financiamentos e ações preferenciais.

A RAP da Companhia possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2024 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação do índice	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2023	2024	Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
IPCA	4,6%	3,9%	-0,7 p.p.	1,0 p.p.	0,1 p.p.
CDI	11,7%	8,9%	-2,8 p.p.	2,2 p.p.	-0,2 p.p.



A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2023 e os previstos no cenário provável para 2024, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2024. As variações que poderão impactar o resultado, e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2024, em comparação com o ano de 2023, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2023	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamentos				
IPCA	2.934.137	18.262	(24.682)	(2.415)
Ações preferenciais resgatáveis				
CDI	588.763	13.290	(11.349)	1.208

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Dívida	588.763	603.481	3.522.900	3.557.522
(-) Depósitos vinculados	-	-	(76.907)	(61.309)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(71)	(107)	(55.478)	(39.668)
Dívida líquida	588.692	603.374	3.390.515	3.456.545
Patrimônio líquido	1.005.151	707.298	1.005.151	707.298
Dívida líquida/Patrimônio líquido	0,6	0,9	3,4	4,9

c) Risco de crédito

As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.



No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2023. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	39.672	-	-	-	39.672
Ações preferenciais resgatáveis	150.661	137.979	159.915	648.117	1.096.672
Financiamento	231.538	450.837	439.428	3.014.413	4.136.216
	421.871	588.816	599.343	3.662.530	5.272.560

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	-	-	20.568	20.081
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	71	107	34.910	19.587
Contas a receber de clientes	-	-	44.971	21.677
Depósitos vinculados	-	-	76.907	61.309
	71	107	177.356	122.654
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	193	190	39.672	58.673
Financiamentos	-	-	2.934.137	2.954.041
Ações preferenciais resgatáveis	588.763	603.481	588.763	603.481
	588.956	603.671	3.562.572	3.616.195

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 12. FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Consolidado					
	31.12.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	85.663	2.082.985	2.168.648	80.334	2.069.926	2.150.260
BASA	36.782	723.372	760.154	38.557	758.378	796.935
Encargos	5.335	-	5.335	6.846	-	6.846
	127.780	2.806.357	2.934.137	125.737	2.828.304	2.954.041



b) Mutações dos financiamentos

	Total
Saldos em 31.12.2021	2.657.268
Ingressos	114.913
Juros	146.670
Varição monetária	123.647
Amortização de principal	(13.281)
Amortização de juros	(75.176)
Saldos em 31.12.2022	2.954.041
Juros	145.417
Varição monetária	101.130
Amortização de principal	(120.066)
Amortização de juros	(146.385)
Saldos em 31.12.2023	2.934.137

c) Vencimentos dos financiamentos apresentado no passivo não circulante

	Consolidado
2025	124.007
2026	125.642
2027	127.354
2028	129.145
2029	131.021
2030 a 2034	686.448
2035 a 2039	748.369
2040 a 2044	734.371
	2.806.357

d) Condições contratadas

	Condições de pagamento			Saldos em 31.12.2023
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	
Novo Estado				
BNDES	IPCA + 4,67% a.a.	05.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	2.172.602
BASA	IPCA + 1,4452% a.a.	08.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	761.535

e) Garantias

As garantias contratadas são as seguintes: (a) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e contas reservas; (c) cessão dos direitos emergentes da concessão; e (d) fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia.

f) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES e BASA	ICSD ¹ ≥ 1,3

¹ Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.



No exercício findo em 31.12.2023, a Novo Estado atingiu o limite mínimo do índice de cobertura do serviço da dívida estabelecido em seus contratos firmados com o BNDES e BASA.

NOTA 13. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

A Administração da Companhia, em reunião realizada em 21.08.2020, aprovou a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas escriturais, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, no montante total de R\$ 500.000. A emissão ocorreu em 01.09.2020. As ações dão direito de participar dos dividendos declarados e distribuídos pela Companhia de forma prioritária e cumulativa. A partir do semestre imediatamente posterior à entrada em operação do Sistema de Transmissão, os dividendos serão destinados semestralmente, não estando a Companhia obrigada a distribuir dividendos antes deste evento.

Os custos de emissão totalizaram R\$ 23.243 e foram custeados pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, nos termos da emissão.

A quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 95.446.379, subdivididas em 12 classes, com diferentes prazos de resgate, sendo o prazo de resgate da última classe 31.10.2034. Os valores de emissão e de resgate por ação, estão demonstrados a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Novo Estado Participações S.A.	5,2385	2,6192	2,6192

Para efeitos societários na Companhia, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$ 250.000, e parte como reserva de capital, no montante de R\$ 250.000. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, essa transação foi considerada como um instrumento financeiro, portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante. Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de qualquer pagamento de proventos ou distribuições pela Companhia.

a) Mutação das ações preferenciais resgatáveis

	Consolidado
Saldo em 31.12.2021	531.216
Juros	72.265
Saldo em 31.12.2022	603.481
Juros	86.043
Amortização de principal	(2.500)
Amortização de juros	(98.261)
Saldo em 31.12.2023	588.763
Passivo circulante	94.831
Passivo não circulante	493.932
Total	588.763



Em 2023, a Companhia realizou o resgate das ações preferenciais de classe 1, no montante de R\$ 2.500 mil. Adicionalmente, também foram efetuados os pagamentos de dividendos prioritários no montante de R\$ 98.261 mil, sendo o último pagamento efetuado em dezembro de 2023. Vale ressaltar que os dividendos prioritários são apurados com base no lucro societário, em que os registros oriundos da emissão das ações preferenciais são tratados como instrumentos patrimoniais, ou seja, os resultados oriundos da atualização destes montantes não são considerados na base de distribuição.

b) Vencimentos das ações preferenciais resgatáveis apresentadas no passivo não circulante

	Consolidado
2025	2.735
2026	12.685
2027	12.685
2028	30.098
2029	42.535
2030 a 2034	393.194
Ações preferenciais resgatáveis	493.932

NOTA 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Composição

Natureza dos créditos	Controladora				
	31.12.2023				31.12.2022
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Ativo:					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	3.872	968	349	1.317	1.317
Ativo líquido		968	349	1.317	1.317
Natureza dos créditos	Consolidado				
	31.12.2023				31.12.2022
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Receita de implementação de infraestrutura	4.612.661	1.153.165	415.139	1.568.304	1.378.952
Valor justo de direitos de projeto adquirido	228.173	57.043	20.536	77.579	80.247
Encargos financeiros capitalizados	9.430	2.358	849	3.207	-
Remuneração do ativo de contrato	-	-	-	-	174.807
Ativo:					
Custo de implementação de infraestrutura	3.729.743	932.436	335.677	1.268.113	1.392.275
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	770.207	192.552	69.319	261.871	194.124
Outros	19.362	4.841	1.743	6.584	147
Passivo líquido		(82.737)	(29.785)	(112.522)	(47.460)
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		(83.705)	(30.134)	(113.839)	(80.247)
Ativo		968	349	1.317	32.787
Total		(82.737)	(29.785)	(112.522)	(47.460)



b) Mutações do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2021	3.379	(63.389)
Impostos diferidos no resultado	(2.062)	15.929
Saldos em 31.12.2022	1.317	(47.460)
Impostos diferidos no resultado	-	(65.062)
Saldos em 31.12.2023	1.317	(112.522)

NOTA 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2023, era de R\$ 1.219.398 (R\$ 1.120.373 em 31.12.2022), dividido em 937.308.970 ações, todas escriturais e sem valor nominal, sendo 842.339.823 ações ordinárias e 94.969.147 ações preferenciais resgatáveis, totalmente subscritas e integralizadas e sem quaisquer ônus, exceto pelas disposições previstas no Acordo de Acionistas. O aumento de capital ocorrido no ano de 2023 decorre de aportes feitos pela controladora para viabilizar a implementação do Sistema de Transmissão Novo Estado. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
ENGIE Transmissão de Energia Participações II S.A.	842.339.823	-	842.339.823
Itaú Unibanco S.A.	-	94.969.147	94.969.147
	842.339.823	94.969.147	937.308.970

b) Reserva de capital

A Companhia alocou o montante captado via emissão de ações preferenciais resgatáveis da seguinte forma: parte como capital social integralizado, no montante de R\$ 250.000, e parte como reserva de capital, no montante de R\$ 250.000. Mais informações vide Nota 13 – Ações preferenciais resgatáveis.

c) Reserva de lucros

c.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c.2) Reserva de retenção de lucros

Em 2023, a Companhia destinou R\$ 33.965 a essa reserva para fazer frente aos compromissos financeiros futuros da Companhia.

d) Dividendo mínimo obrigatório

O Acordo de Acionistas assinado na emissão das Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 13 – Ações preferenciais resgatáveis), indica que, a partir do semestre imediatamente posterior à entrada em operação do Sistema de Transmissão, os dividendos serão destinados semestralmente, não estando a NEP obrigada a distribuir dividendos antes deste evento. O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei das sociedades por ações.

Em 2023, a Companhia destinou montantes de dividendos prioritários acima do mínimo obrigatório e, por este motivo, não foram destinados valores referentes a esta rubrica.



NOTA 16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2023	2022
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	163.432	772.289
Remuneração de ativo de contrato	472.920	394.991
Operação e manutenção	32.241	11.907
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	668.593	1.179.187

NOTA 17. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	Controladora					
	2023			2022		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	35.753	35.753	35.753	(86.871)	(86.871)	(86.871)
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	(8.938)	(3.218)	(12.156)	21.718	7.818	29.536
Diferenças permanentes						
Diferença de base tributada pelo lucro presumido	8.938	3.218	12.156	(26.750)	(9.638)	(36.388)
	-	-	-	(5.032)	(1.820)	(6.852)
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	-	-	-	(3.516)	(1.274)	(4.790)
Diferido	-	-	-	(1.516)	(546)	(2.062)
	-	-	-	(5.032)	(1.820)	(6.852)
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	0,0%	-5,8%	-2,1%	-7,9%

	Consolidado					
	2023			2022		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	100.815	100.815	100.815	(104.862)	(104.862)	(104.862)
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	(25.204)	(9.073)	(34.277)	26.216	9.438	35.654
Diferenças permanentes						
Diferença de base tributada pelo lucro presumido	(22.636)	(8.149)	(30.785)	(18.020)	(6.495)	(24.515)
	(47.840)	(17.222)	(65.062)	8.196	2.943	11.139
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	-	-	-	(3.516)	(1.274)	(4.790)
Diferido	(47.840)	(17.222)	(65.062)	11.712	4.217	15.929
	(47.840)	(17.222)	(65.062)	8.196	2.943	11.139
Alíquota efetiva	47,5%	17,1%	64,5%	7,8%	2,8%	10,6%



NOTA 18. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contratos de construção

A Companhia, por meio de sua controlada direta Novo Estado, firmou contratos de construção das subestações e linhas de transmissão cujos compromissos futuros, em 31.12.2023, eram de R\$ 12.826.

b) Contratos de operação e manutenção (O&M)

A Companhia, por meio de sua controlada direta Novo Estado, mantém contratos de operação e manutenção, vigentes até 2027. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2023, era de R\$ 29.694.

NOTA 19. SEGUROS

A Companhia, por meio de sua controlada direta Novo Estado, é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – Property Damage and Business Interruption (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. Sua participação na referida apólice é no montante de R\$ 279.358. para danos materiais. A vigência do seguro vai até 31.05.2024.

NOTA 20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Controladora	Consolidado
	ATIVO	PASSIVO
	Dividendos	Fornecedores
31.12.2023		
Novo Estado	11.919	-
ENGIE	-	435
	11.919	435
31.12.2022	20.308	487

NOTA 21. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	-	-	(18.202)	45.597



(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, da Novo Estado Participações S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Presidente

Eduardo Takamori Guiyotoku
Diretor Administrativo e Financeiro

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Implantação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2



Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da
Novo Estado Participações S.A.
Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Novo Estado Participações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 25 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F-0



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O